

APRESENTAÇÃO

TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO: NOVOS E VELHOS DESAFIOS PARA TRABALHADORAS/ES E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Lucas Lemos Walmrath¹

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves²

Pedro Santiago Couto³

Esse dossiê contempla pesquisas que debatem as complexas relações entre trabalho e globalização nas Ciências Sociais. Diferentes abordagens e perspectivas têm surgido para discutir essas interações ao longo das últimas décadas, interações que envolvem tanto processos econômicos e políticos quanto sociais e culturais. Entre os temas acionados na literatura estão as diferentes formas de globalização e seus impactos sobre o emprego e as relações de trabalho. Isso engloba análises sobre o papel das corporações transnacionais e suas estratégias de gestão de Redes Globais de Produção (RGPs) (HENDERSON *et al.*, 2011), bem como as implicações dessas estratégias para os trabalhadores em diferentes partes do mundo (RAMALHO & DOS SANTOS, 2018).

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lucaswalmrath@ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6698-8969>.

² Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta no departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: anapaulavg@ufmg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1760-8410>.

³ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor efetivo do Instituto Federal da Paraíba, campus Sousa. E-mail: pedro.couto@ifpb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5775-8370>.

Outros temas incluem as variedades institucionais de capitalismo (SCHNEIDER, 2009) e as possibilidades de *social upgrading* em distintos setores e países, bem como as “vias baixas” da globalização, como vistas nas redes globais de destruição e a contestação política e micropolítica dos trabalhadores (CARNEIRO, 2017; KNOWLES, 2014). Não menos importante, parte substancial do debate se ocupa do papel dos sindicatos e outras formas de organização em rede na defesa dos direitos dos trabalhadores em escala global (por exemplo, HENNEBERT, 2017). Tão importante quanto é atentar para a crescente flexibilização dos trabalhos, em particular no setor de serviços.

Diante desse contexto, iniciamos o dossiê apresentando o texto intitulado “Gestão do conhecimento e divisão internacional do trabalho na indústria automotiva: considerações sobre o caso brasileiro”, que se dispõe a debater as transformações no mundo do trabalho com foco na indústria automotiva brasileira. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre os anos de 2006 e 2020, Diego Maggi visa compreender como estratégias corporativas transnacionais têm impactado os empregos e a divisão do trabalho nesse setor crucial da economia brasileira. Além disso, o texto discorre sobre como políticas neoliberais, mudanças geopolíticas e avanços tecnológicos impactaram o trabalho automotivo nas últimas décadas. Por fim, o autor oferece uma interessante contribuição ao discutir qual seria a posição do Brasil e, sobretudo, dos trabalhadores fabris nesta RGP (HENDERSON *et al.*, 2011) tendo em vista o debate de fundo da divisão internacional do trabalho.

O segundo artigo deste dossiê, “Estratégias de ação sindical transnacional: o uso do Comitê Mundial de Trabalhadores pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC frente à Volkswagen”, também trata dos trabalhadores do setor automotivo nacional. Ao destacar o sistema dual de representação desses trabalhadores na montadora de origem alemã, que envolve sindicatos e comissões de fábrica, Tarik Dias Hamdan elabora uma pesquisa que vai ao cerne do debate sobre trabalho e globalização ao examinar a posição do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista em utilizar o Comitê Mundial de Trabalhadores como estratégia eficaz de mobilização dos trabalhadores e para aumentar sua influência diante da

empresa. O autor prossegue abordando o rearranjo do movimento sindical decorrente da reestruturação da economia a partir das RGP, apresentando diversas formas de articulação possíveis para os trabalhadores fabris, tais como sindicatos globais, redes sindicais internacionais, conselhos de empresas europeias e comitês mundiais de trabalhadores. O estudo visa preencher uma importante lacuna ao investigar os fatores que influenciam a preferência dos líderes sindicais por determinadas formas de engajamento transnacional em detrimento de outras.

Os trabalhadores das indústrias não raro apresentam alto grau de formalização em seus contratos (SARAIVA, 2024), fato que colabora para que estes estejam mais articulados sindicalmente (SILVA & CAMPOS, 2024), embora haja um aumento nas contratações através da terceirização dos serviços, além do fenômeno denominado PJotização, que fragiliza visivelmente as relações de trabalho. Contudo, a dinâmica do trabalho fabril, embora crucial, há muito tempo já não é o modelo para a sociedade salarial, especialmente em países como o Brasil, que possuem alto grau de informalidade (IBGE, 2024).

Sob a ótica da precarização do trabalho, o artigo “O Museu de Grandes Novidades do Trabalho no Brasil: plataformização do trabalho e novas faces da velha exploração no trabalho no Sul Global”, de autoria de Felipe Treviso Bresolin e Marlon Freitas de Campos, tece uma crítica bem-vinda sobre as recentes e alardeadas mudanças no mundo do trabalho capitalista. Enfocando particularmente a questão dos trabalhos plataformizados a partir de um balanço da literatura especializada nesta temática no Brasil, os autores argumentam que tal flexibilização e precarização das relações de trabalho no Brasil constituem, na verdade, uma roupagem nova e modernizada daquilo que seria a própria estrutura pela qual tamanha exploração foi possível por tantos séculos no país. Eles também contribuem ao soar um alerta aos estudiosos do trabalho para que evitem análises desatentas ou desconectadas de processos históricos, em particular aquelas que omitem ou falham em considerar o impacto desigual dessas modalidades de trabalho sobre grande parte da classe trabalhadora, racializada e com questões de gênero bastante sublinhadas.

“As muitas horas de um contrato zero hora”, de Lucas Nascimento, é uma etnografia realizada com entregadores do iFood e demais plataformas de *delivery* que ilustra empiricamente o debate teórico proposto no artigo “O Museu de Grandes Novidades do Trabalho no Brasil”. A categoria analítica tempo, em particular, se mostra importante na análise das relações de trabalho dos entregadores, pois a suposta autonomia e autorregulação do trabalho (OLIVEIRA & FESTI, 2023) são questionadas com a evidência empírica coletada por observação, uma vez que os trabalhadores se revelam frustrados e ansiosos esperando por novos pedidos de entrega. O artigo também aponta para novas formas de exploração que surgiram pós-pandemia, como evidenciado pela emergente divisão (e animosidade) entre trabalhadores contratados por Operadores Logísticos (OLs) e aqueles que trabalham desde o início destas plataformas de maneira “individualizada”, os chamados Nuvens⁴.

O trabalho plataformizado gerido por empresas de tecnologia baseadas em aplicativos é possivelmente a face mais aparente e discutida quando o assunto é a precarização do trabalho contemporâneo. No entanto, e fazendo jus à crítica vista no artigo de Bresolin e Campos, outro exemplo contido no dossiê sobre a precarização do trabalho, neste caso, em um contexto especificamente brasileiro, são os cargos de professores voluntários nas universidades públicas. No artigo “Concursos para docentes voluntários no Brasil: entornos e contornos do fenômeno”, Ricardo Cortez Lopes realiza uma análise exploratória dessa crescente modalidade de trabalho. O autor também aborda as diferenças entre as outras possíveis formas de contratação nas universidades públicas. Um dos argumentos possíveis para explicar a precarização no trabalho docente no Magistério Superior seria a dificuldade que o mercado brasileiro tem em absorver os alunos muito qualificados, ou seja, aqueles que já atingiram o doutoramento. Tal conclusão remete, não por acaso, ao quadro contextual

⁴ De acordo com o autor (NASCIMENTO, 2024), os OLs são “empresas terceirizadas ao qual os entregadores preenchem planilhas de turnos de trabalho, respondem a um ‘líder’ da praça e não escolhem seus horários de intervalo (FIORAVANTE *et al.*, 2023; OLIVEIRA, 2023). Concomitante às OLs, há ainda a subcategoria de entregador nuvem, cuja gestão algorítmica é realizada inteiramente pela plataforma”.

encontrado nos primeiros artigos deste dossiê, qual seja, de debilidade do trabalho formal, industrial, em prol de um mercado de trabalho essencialmente informal e plataformizado.

O dossiê culmina com o artigo “A exclusão social no acesso à justiça das Viúvas do Mármore: a racionalidade estratégica por trás da aniquilação das vozes”, de Luanna da Silva Figueira. A autora proporciona uma análise histórica e contemporânea do setor de mármore no Espírito Santo, destacando as condições de trabalho e as dinâmicas sociais resultantes, as quais estão intimamente ligadas a violações trabalhistas e falta de apoio familiar. Enquanto nas áreas urbanas a discussão se concentra nas múltiplas questões relacionadas a plataformas e empresas convencionais, é crucial não negligenciarmos a importância do trabalho extrativista industrial no Brasil. Este continua sendo uma fonte vital de emprego e renda em várias regiões do país. No caso específico do mármore brasileiro, apesar de sua crescente globalização (DINO, 2019), ainda subsistem estruturas de exploração que remetem a padrões tipicamente agrários e rurais, e que aparentemente não são superados pela integração nas cadeias globais do setor. Destacam-se, especialmente, as relações patriarcais entre empregadores, empregados e suas famílias, evidenciando o que a literatura especializada denomina como a via secundária da globalização (KNOWLES, 2014), ou seja, aquela que contrasta com uma leitura que enfatiza tão somente os benefícios gerados por esta.

Neste dossiê, privilegiamos estudos que abarcam uma saudável variedade de objetos, métodos e temas, indo do mundo fabril e sindical do setor automotivo, organizado em RGP's por corporações transnacionais, até a realidade nacional. Os estudos empíricos nacionais aqui reunidos, por sua vez, também trazem para o debate questões globais do trabalho contemporâneo, como a *gig economy* plataformizada, esta que, por sua vez, parece se espriar como lógica laboral mesmo para setores consolidados, como o ramo da educação superior. Não menos importante, o dossiê conta também com uma discussão sobre justiça laboral, tema que perpassa de certa forma todos os artigos, mas ganha proeminência no estudo de caso sobre as viúvas dos trabalhadores do setor de mármore, este que, cada vez mais, se globaliza ao se integrar em cadeias mundo afora.

Em conjunto, tais estudos, cada um contribuindo à sua maneira, nos mostram a vitalidade das Ciências Sociais em questionar e jogar luz sobre o fenômeno do trabalho, em suas múltiplas facetas. Gostaríamos, contudo, de encerrar com uma pequena provocação acerca da real necessidade do trabalho tradicional em um mundo em vias de um colapso socioambiental, onde temos, enquanto humanidade, já desenvolvida toda capacidade produtiva e organizacional de pensar e implementar uma verdadeira sociedade “pós-trabalho”. Apesar disso, o que testemunhamos a partir destes e de outros textos é um trágico cenário, no qual não só persiste a lógica exploradora como também desafios históricos a serem resolvidos. De fato, não seria exagero apontar que, dado o potencial de liberação existente, considerando, por exemplo, o encurtamento das jornadas de trabalho e a provisão de renda básica universal, estamos diante de um quadro de retrocesso.

Contudo, para não encerrar esta introdução em uma nota tão negativa, pensamos que justamente em tempos de crise também se catalisam processos sociais transformadores, sejam estas uniões sindicais globais, resistências micropolíticas, a criação de alternativas nas cidades ou ainda a promoção de extensiva fiscalização no trabalho extrativista do campo. Neste sentido, cabe a nós, enquanto acadêmicas e acadêmicos estudiosos desta temática, não somente documentar e refletir sobre esses processos, mas engajar ativamente nas lutas em curso, assim como na proposição de soluções e saídas benéficas socialmente, sempre em diálogo aberto com as trabalhadoras e trabalhadores.

Desejamos, assim, uma boa leitura,
Os organizadores.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O papel dos dispositivos de prescrição e julgamento no funcionamento dos mercados: o caso da certificação florestal. *Revista TOMO*, v. 30, n. jan/jun, p. 267–302, 2017.
- DINO. *Mármore e granito brasileiros em alta no mercado internacional*. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/marmore-e-granito-brasileiros-em-alta-no-mercado-internacional,b7422fa-74b8bf19f689114bdff4d0e99tbdvgy6a.html>. Acesso em: 02 maio 2024.
- HENDERSON, Jeffrey; DICKEN, Peter; COE, Neil; HESS, Martin; YEUNG, Henry Wai-Chung. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, 2011.
- HENNEBERT, Marc-Antonin. Os acordos-marco internacionais e as alianças sindicais internacionais: instrumentos de uma necessária transnacionalização da militância sindical. *Sociologias*, v. 19, p. 114–140, 2017.
- IBGE. *PNAD Contínua*: taxa de desocupação é de 7,9% e taxa de subutilização é de 17,9% no trimestre encerrado em março. 2024. Institucional. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39883-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-7-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-17-9-no-trimestre-encerrado-em-marc>. Acesso em: 02 maio 2024.
- KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenas da globalização. *Contemporânea*, v. 4, n. 2, p. 289–310, 2014.
- OLIVEIRA, Roberto Veras de; FESTI, Ricardo. Entregadores de aplicativos no Brasil: entre a subordinação e a “autonomia”. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1, p. 55–80, 2023.

- RAMALHO, José Ricardo; DOS SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Trabalho e ação sindical em Redes Globais de Produção. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 9–29, 2018.
- SARAIVA, Alessandra. *Indústria contribuiu para crescimento de população ocupada com carteira, diz IBGE*. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/31/industria-contribuiu-para-crescimento-de-populao-ocupada-com-carreira-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2024.
- SCHNEIDER, Ben Ross. Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, v. 41, n. 3, p. 553–575, 2009.
- SILVA, Sandro Pereira; CAMPOS, André Gambier. *Filiação sindical de trabalhadores no Brasil (2012-2022): indicadores, contexto institucional e fatores determinantes*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12835/1/Publicacao_expressa_TD_2957.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.